

aprovado pela Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro, notifica-se Carlos Jorge da Conceição dos Santos, trabalhador da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, de que no processo disciplinar que lhe foi instaurado, por deliberações tomadas pela Câmara Municipal nas suas reuniões de 3 de Abril e 23 de Setembro de 2009, foi proferida acusação, ficando notificado para apresentar a sua defesa no prazo de 30 dias contados da data da publicação do presente aviso, podendo consultar o processo, por si ou por mandatário constituído, na Direcção do Departamento de Administração Geral desta Câmara Municipal dentro do horário normal de expediente.

8 de Fevereiro de 2011. — A Presidente da Câmara Municipal, *Maria da Luz Rosinha*.

304326975

Aviso n.º 5375/2011

Delimitação e Programa-Base da Unidade de Execução U18 Expansão da Póvoa de Santa Iria

Maria da Luz Gameiro Beja Ferreira Rosinha, Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira:

Torna público, e cumprindo o disposto no n.º 8.º do artigo 77.º, conjugado com o artigo 149.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, publicado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, que foi aprovado por deliberação de Câmara Municipal de 09 de Fevereiro de 2011 a proposta de delimitação da Unidade de Execução U18 Expansão da Póvoa de Santa Iria e respectivo Programa-Base.

O Programa-Base bem como o Relatório de Ponderação da Discussão Pública, ocorrida entre 20 de Dezembro de 2010 e 19 de Janeiro de 2011, encontram-se disponíveis para consulta, todos os dias úteis, durante as horas de expediente, na Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território, sita na Rua Manuel Afonso de Carvalho, n.º 27 em Vila Franca de Xira, bem como na página da Internet da Câmara Municipal em www.cm-vfxira.pt.

Para constar e devidos efeitos se publica o presente Aviso na 2.ª série do *Diário da República*, sendo também afixado nos lugares públicos do costume, em dois jornais diários, num semanário de grande expansão nacional, um jornal de expansão local e no site do Município.

9 de Fevereiro de 2011. — A Presidente da Câmara Municipal, *Maria da Luz Rosinha*.

204348189

FREGUESIA DE ALCANEDE

Aviso n.º 5376/2011

Procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público, para preenchimento de sete postos de trabalho, na modalidade de contrato de trabalho por tempo indeterminado.

Nos termos do n.º 2 do artigo 6.º e do artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, adaptada à administração autárquica pelo Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, conjugados com o artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se público que, por deliberação da Junta de Freguesia de Alcanede de 6 de Dezembro do ano de 2010, se encontra aberto pelo período de 10 dias úteis, a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, o procedimento concursal comum, para o preenchimento de cinco postos de trabalho da carreira e categoria de Assistente Operacional e dois postos de trabalho, da carreira e categoria de Assistente Técnico, para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, previstos no Mapa de Pessoal da Freguesia de Alcanede, no regime de contrato de trabalho em funções públicas, mediante recrutamento excepcional, nos termos do artigo 10.º, n.º 2, da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho.

Para efeitos do estipulado no n.º 1 do artigo 4.º e artigo 54.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento próprias, uma vez que ainda não foram publicitados quaisquer procedimentos nos termos dos artigos 41.º e seguintes da referida portaria, encontrando-se igualmente dispensada, temporariamente, a consulta à entidade ECCRC.

1 — Número de postos de trabalho:

Ref. A) — 1 posto de trabalho de Assistente Operacional (coveiro);
Ref. B) — 1 posto de trabalho de Assistente Operacional (condutor de máquinas pesadas);

Ref. C) — 1 posto de trabalho de Assistente Operacional (condutor de veículos especiais);

Ref. D) — 1 posto de trabalho de Assistente Operacional (limpeza e manutenção de edifícios);

Ref. E) — 1 posto de trabalho de Assistente Operacional (auxiliares de serviços gerais);

Ref. F) — 1 posto de trabalho de Assistente Técnico (atendimento)

Ref. G) — 1 posto de trabalho de Assistente Técnico (contabilidade)

2 — Caracterização do posto de trabalho:

Ref. A): Execução de todas as tarefas inerentes às actividades a desenvolver nos cemitérios da freguesia de Alcanede, nomeadamente, proceder a inumações, exumações e abertura de campas, e responsabilidade pela manutenção e limpeza dos cemitérios.

Ref. B): Funções de condutor de máquinas pesadas e proceder ao transporte de mercadorias e materiais e operar cargas e descargas.

Ref. C): Condução de veículos de elevada tonelagem e proceder ao transporte de mercadorias e materiais e operar cargas e descargas.

Ref. D): Executar tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento do serviço, podendo comportar esforço físico, nomeadamente, conservação, limpeza e manutenção de infra-estruturas. Quando necessário, efectuar o transporte colectivo de crianças do pré-escolar e 1.º CEB, conforme protocolo estabelecido com o Município de Santarém.

Ref. E) Executar tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento do Serviço, podendo comportar esforço físico, nomeadamente, conservação, limpeza e manutenção de infra-estruturas diversas e manutenção e limpeza de arruamentos, praças e passeios da freguesia. Quando necessário, efectuar o transporte colectivo de crianças do pré-escolar e 1.º CEB, conforme protocolo estabelecido com o Município de Santarém.

Ref. F): Execução de tarefas inerentes às actividades administrativas, nomeadamente o atendimento ao público, manutenção do arquivo e tratamento de correspondência.

Ref. G): Execução de tarefas inerentes às actividades administrativas e financeiras e processamento dos movimentos contabilísticos e tratamento de processos de contratação pública.

3 — Local de trabalho: Área da Freguesia de Alcanede

4 — Posicionamento remuneratório: será objecto de negociação entre o trabalhador e a Junta de Freguesia, de acordo com o disposto no artigo 55.º da LVCR

5 — Requisitos de admissão: Só podem ser admitidos ao procedimento concursal os indivíduos que, até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas, satisfaçam os requisitos previstos no artigo 8.º da lei:

a) Ter nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

b) 18 anos de idade completos;

c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício de funções.

6 — Nível habilitacional exigido:

Ref. A) Ref. B) Ref. C) Ref. D) Ref. E) — Possuir a escolaridade obrigatória, tendo em conta a data de nascimento dos candidatos, conforme a idade, ou seja, nascidos até 31/12/66 é exigida a 4.ª classe; nascidos após 01/01/67 é exigido o ciclo preparatório, 6.ª classe ou 6.º ano de escolaridade; Nascidos após 01/01/1981 é exigido o 9.º ano de escolaridade, não havendo possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional;

Ref. F) e G) — Possuir o 12.º ano de escolaridade.

6.1 — Para o procedimento com a referência “B” e “C” é ainda exigido titularidade de carta de condução com a categoria C, devendo ainda, sob pena de exclusão, apresentar carta de qualificação de motorista, sempre que a respectiva carta de condução seja emitida após 9 de Setembro de 2009 e curso de operador de máquinas, assim como experiência mínima comprovada de 2 anos em organismos públicos.

6.2 — Para o procedimento com a referência “D” e “E” é ainda exigido CAP de Transporte Colectivo de Crianças e respectiva carta de condução, sob pena de exclusão, assim como, experiência profissional comprovada, mínimo de 3 anos em organismos públicos.

6.3 — Para o procedimento com a referência “F” e “G” é ainda exigido CAP de Transporte Colectivo de Crianças e respectiva carta de condução, assim como, experiência profissional comprovada, mínimo de 5 anos, nas funções de secretariado e trabalho administrativo em organismos públicos e formação nesta área superior a 60 horas.

6.4 — Para o procedimento com a referência “G” é ainda exigido CAP de Transporte Colectivo de Crianças e respectiva carta de con-